

## PAULO E O EMBASAMENTO BÍBLICO PARA O ARGUMENTO MORAL.

*Paul and the biblical basis for the moral argument.*

*Flaviano Nogueira Siedeliske<sup>1</sup>*

### RESUMO

O objetivo desse artigo é demonstrar que o argumento moral, utilizado por muitos estudiosos para defender a existência de Deus, encontra embasamento bíblico no texto de Rm 2.12-16. Tendo em vista a existência de uma lei moral universal e transcendente, não é de se admirar que, conseqüentemente, exista um legislador igualmente universal e transcendente, que implantou no coração do homem essa lei. Partindo dessa lógica temos o chamado *argumento moral*. A pesquisa se inicia com uma explicação sobre o que é o *argumento moral*. Em seguida, apresenta uma *análise do texto de Rm 2.12-16*. Por fim, o texto demonstra a *problemática da moral dentro do ateísmo*. Tendo como base o pensamento de autores como C. S. Lewis, C. E. B. Cranfield e Rice Brooks, esse artigo demonstra que é possível notar que o texto analisado é o fundamento bíblico que demonstra que *existe um Deus que implantou a lei moral no coração do homem*, validando, dessa maneira, o argumento moral.

**Palavras-chave:** Romanos; Moral; Ateísmo.

### ABSTRACT

The purpose of this article is demonstrates that the moral argument, used by a lot of scholars to defend the existence of God, find biblical basement in the text of Rm 2.12-16. In view of the existence of a universal and transcendent moral law, it is not surprising that, consequently, there is a legislator equally universal and transcendent, that implanted this law in the men's heart. From this logic we

---

<sup>1</sup> Pós-Graduando em Teologia e Interpretação Bíblica pelas Faculdades Batista do Paraná (FABAPAR); Licenciado em Letras pelas Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba (FARESC); E-mail: flavianosiedeliske@gmail.com



have the *moral* argument. The research begins with an explication about the *moral argument*. Then, presents an *analysis of the text of Rm 2:12-16*. Finally, the text demonstrates the *problematic of the moral within the atheism*. Based on thoughts of authors like C. S. Lewis, C. E. B. Cranfield and Rice Broocks, this article demonstrates that is possible to note that the analyzed text is the biblical foundation that demonstrates that *there is a God that implanted the moral law in the man's heart*, validating, in this way, the moral argument.

**Keywords:** Romans; Moral; Atheism.

## INTRODUÇÃO

Não é raro que a fé dos Cristãos seja atacada todos os dias. As ideias ateístas com as quais somos bombardeados continuamente levam inúmeros Cristãos despreparados a contestarem a veracidade da sua crença em Deus. Diante disso, muitos estudiosos concentram seus estudos na apologética da fé cristã, desenvolvendo teorias e argumentos que ajudam os Cristãos a defenderem sua fé quando necessário. Dentre estes argumentos está o chamado *argumento moral*, que será o objeto dessa pesquisa.

Culver (2012, p. 72) comenta que “não podemos deixar de observar que pessoas de todas as raças, em todos os lugares e das mais diferentes condições sociais têm noção do certo e errado”, ou seja, é possível notar que em nosso mundo existe uma *noção moral universal* do certo e errado, bem e mal, que chamaremos aqui de *lei moral*. Essa lei é o principal ponto do argumento moral, uma vez que, *se existe uma lei transcendente e universal, deve existir um legislador igualmente transcendente e universal*.

O objetivo desse artigo é responder a seguinte questão: *o argumento moral encontra fundamento bíblico?* Baseado numa pesquisa bibliográfica com diversos autores de tratam do tema e a partir de uma análise do texto de Rm 2.12-16, a hipótese trabalhada é que, sim, *o texto analisado é a base bíblica para o argumento moral*.

A escolha do tema desse trabalho é justificável diante dos vários ataques que os cristãos sofrem em relação à sua fé e das dúvidas com relação aos argumentos válidos para a defesa dessa fé. Dessa forma, o resultado pretendido é esclarecer que *o homem possui uma lei moral*



*implantada por Deus em seu coração, demonstrando a existência desse Deus.*

## 1. O ARGUMENTO MORAL

Wayne Grudem (1999, p. 99) comenta que, quando se trata da existência de Deus, a mesma pode ser defendida com quatro argumentos: (1) *o argumento cosmológico*; (2) *o argumento teleológico*; (3) *o argumento ontológico*; e (4) *o argumento moral*.<sup>2</sup> O autor ainda define este último da seguinte maneira:

*O argumento moral* parte do senso humano do certo e do errado, e da necessidade da imposição da justiça, e raciocina que deve necessariamente existir um Deus que seja a fonte do certo e do errado e que vá algum dia impor a justiça a todas as pessoas. (GRUDEM, 1999, p. 99. grifo do autor)

Ou seja, de maneira resumida, o argumento moral consiste na afirmação de que, uma vez que o ser humano possui a compreensão de bem e mal, certo e errado, e por tal conhecimento ser inato, *alguém deve tê-lo colocado no homem*. Esse alguém é Deus. Logo, para que Deus tenha inserido a lei moral no homem, *Ele deve existir*.

Para compreender o pensamento acima, é necessário que façamos a explicação de alguns pontos relevantes para a pesquisa. Começemos pelo princípio, explanando o significado de *moral* e, conseqüentemente, do *dever moral*:

“Moral” [...] é um posicionamento em face da compreensão do que é certo e errado, justo e injusto, que não surge a partir dos nossos desejos ou preferências, mas, ao contrário, existe à parte deles e fornece padrões com base nos quais nossos próprios desejos e preferências podem ser julgados (SMITH, 2003, p. 8 apud KELLER, 2015, p. 178).

---

<sup>2</sup> Este último, o *argumento moral*, também é chamado de *argumento da natureza humana* (CULVER, 2012, p. 72) ou da *lei natural* (LEWIS, 2009, p. 7).



A *moral* não é algo que surge da nossa própria vontade. Antes, é um elemento sob o qual nossa vontade é julgada. Toda ação ou pensamento que o homem possui passa por um julgamento interior que os define como bons ou maus, certos ou errados. Assim, *nós não definimos a moral*, apenas estamos sujeitos a ela.

Já o conceito do *dever moral* é definido por Timothy Keller (2015, p. 178) como “a crença de que algumas coisas não devem ser feitas, não importa como o indivíduo se sinta a respeito delas [...]”. C. S. Lewis (2009, p. 8), por sua vez, quando explica o porquê da *moral* ser chamada de *lei natural*, comenta que é “porque as pessoas pensavam que todos a conheciam naturalmente e não precisavam que outros o ensinassem”.<sup>3</sup> Assim, pode-se concluir que o homem *já nasce com o dever moral implantado em si*: o ser humano sabe, em seu íntimo, que existe uma lei moral que rege o mundo e que, mesmo infringindo-a, não pode escapar dela.

Entretanto, podemos citar, dentre outros, dois argumentos que são levantados para contrariar o argumento moral. São eles: (1) *o argumento dos valores relativos*; e (2) *o argumento do gene altruísta*.

Primeiramente, sobre o *argumento dos valores relativos*, é levantada a ideia que os valores morais humanos são relativos, podendo mudar de acordo com cada indivíduo, cultura ou período histórico. Dessa maneira, o argumento moral seria invalidado, pois não existiria nenhuma lei natural implantada no ser humano, mas essa seria uma espécie *construção social*.

Por mais que existam diferenças entre alguns valores e doutrinas morais nos diferentes povos do mundo, tais diferenças não criam uma contradição total. Não há, portanto, uma diferença total entre os povos:

Se alguém se der ao trabalho de comparar os ensinamentos morais dos antigos egípcios, dos babilônios, dos hindus, dos chineses, dos gregos e dos romanos, ficará surpreso, isto sim, com o imenso grau de semelhança que eles têm

---

<sup>3</sup> Entretanto, o autor também deixa claro que o fato de existir essa lei natural no homem “não significava que não se pudesse encontrar, aqui e ali, um indivíduo que a ignorasse” (LEWIS, 2009, p. 8). Pensemos, por exemplo, nas leis de trânsito: elas existem e nós sabemos disso, entretanto, estamos sujeitos a infringi-las, por descuido ou intencionalmente. Logo, o *descumprimento* da lei natural não invalida, de maneira alguma, a existência da mesma, assim como infringir as leis de trânsito não significa que elas não existam, e “um cálculo errado não invalida a tabuada” (p. 10).



entre si e também com nossos próprios ensinamentos morais (LEWIS, 2009, p. 9).

Apesar de existirem algumas diferenças em determinados aspectos morais dos povos, elas não são absolutas. Em nenhum lugar do planeta o ato de fugir do campo de batalha é admirado. Trair as pessoas que mais lhe fizeram bem não é motivo de orgulho em nenhum país (LEWIS, 2009). Logo, *a moral em si não é relativa*, apenas alguns pensamentos e costumes, que não invalidam, de maneira alguma, a afirmação de que “por haver coisas que são erradas, independentemente do país ou do contexto, existe uma lei moral real que nós não inventamos e da qual não podemos escapar” (BROOCKS, 2014, p. 59).

O segundo ponto é o *argumento do gene altruísta*. Adotado pela sociobiologia e psicologia evolutiva e baseado nos preceitos da seleção natural, tal pensamento consiste na alegação de que a nossa moral existe graças a um processo evolucionista, sendo herança dos antepassados.

A teoria defendida pelos adeptos desse pensamento é a de que, em determinado momento da evolução, percebeu-se que os altruístas sobreviviam em maior número que os egoístas e cruéis (KELLER, 2015), possivelmente porque os altruístas possuíam mais facilidade para a interação social, possibilitando a criação de grupos, vilas e cidades. Dessa maneira, como os altruístas sobreviviam e se ajuntavam através dessa adaptação, seus descendentes nasciam com tal adaptação – altruísmo –, e “os genes do altruísmo nos foram legados, e agora a maioria dos indivíduos considera ‘certo’ o comportamento altruísta” (2015, p. 179). Assim, percebe-se que os adeptos desse argumento tratam o altruísmo – e, conseqüentemente, a moral – como uma espécie de instinto de sobrevivência.

No entanto, é possível notar alguns furos nesse argumento e refutá-lo a partir deles. O principal furo dessa teoria é explicado por Keller da seguinte maneira:

[...] acreditamos hoje que *é certo* sacrificar tempo, dinheiro, emoção e até mesmo a vida em prol de um indivíduo ou de uma tribo “de fora” [...]. Com efeito, a maioria de nós sentirá o dever de fazer o mesmo, ainda que a pessoa em perigo seja nosso inimigo. Como essa característica pode nos ter sido legada por um processo de seleção natural? Pessoas assim teriam menos probabilidade



de sobreviver e transmitir seus genes (2015, p. 180, grifo do autor).

Partindo do pensamento da seleção natural, caso alguém que carregasse um gene altruísta se sentisse impelido e salvasse uma pessoa de uma tribo inimiga – o que a lei moral nos impele a fazer –, sua chance de sobrevivência seria muito inferior, pois seu inimigo poderia facilmente se voltar contra ele e matá-lo. Imaginemos isso a nível tribal: se uma tribo inteira de altruístas optasse por salvar uma tribo inimiga não é de se admirar que tal tribo altruísta fosse eliminada por completo pelas mãos da própria tribo que ajudou. Assim, o argumento do gene altruísta é invalidado pela própria teoria da seleção natural, que preza pela sobrevivência do mais forte.<sup>4</sup>

Assim, uma vez que existe essa lei moral universal no coração do homem, mas a mesma não foi criada, aprendida ou herdada pelo mesmo, sendo um conhecimento inato, “a única explicação adequada é que o grande Ser moral, que nos criou a todos, implantou o senso moral em nós” (CULVER, 2012, p. 73). O objetivo fundamental do argumento moral é demonstrar a existência de Deus através do senso moral que o mesmo implantou em nós, em outras palavras, que “existe um verdadeiro código moral no mundo que emana de Deus, do qual não podemos escapar” (BROOCKS, 2016, p. 81).<sup>5</sup>

Agora, uma vez exposto o que é o argumento moral, a próxima questão a ser respondida é: *tal argumento encontra base na Bíblia?* Na próxima seção tentaremos responder essa questão e demonstrar que, sim, *o argumento moral é embasado pelas Escrituras*, e faremos isso através da análise do texto de Rm 2.12-16.

---

<sup>4</sup> Como dito anteriormente, no argumento do gene altruísta a *moral* é tratada como um instinto de sobrevivência, um instinto social. Entretanto, contrariando essa ideia, Lewis (2009, p. 16) afirma que “a Lei Moral não é um instinto particular ou um conjunto de instintos; é como um maestro que, regendo os instintos, define a melodia que chamamos de bondade ou boa conduta”. Não se pode comparar a lei moral com um instinto natural, mas a mesma deve ser entendida como um elemento a parte dos instintos, como o pano de fundo onde nossos valores são dispostos.

<sup>5</sup> O autor ainda resume a ideia desse argumento afirmando que “a lei moral está escrita no coração de cada pessoa. Se há coisas que são erradas independentemente do país, cultura ou contexto em que são cometidas, então há uma lei absoluta, e, portanto, um legislador” (BROOCKS, 2014, p. 62).



## 2. ANÁLISE DE Rm 2.12-16

Porque todos que sem lei pecaram, sem lei também perecerão; e todos que sob a lei pecaram, pela lei serão julgados. Porque os que ouvem a lei não são justos diante de Deus, mas os que praticam a lei hão de ser justificados. Porque, quando os gentios, que não têm lei, fazem naturalmente as coisas que são da lei, não tendo eles lei, para si mesmos são lei; Os quais mostram a obra da lei escritas em seu coração, testificando juntamente a sua consciência, e os seus pensamentos, quer acusando-os, quer defendendo-os; No dia em que Deus há de julgar os segredos dos homens, por Jesus Cristo, segundo o meu evangelho (Rm 2.12-16).

*Porque todos que sem lei pecaram, sem lei também perecerão; e todos que sob a lei pecaram, pela lei serão julgados.* O que Paulo deseja explicar nesse verso é que, uma vez que os gentios não possuíam a lei que Deus entregou aos judeus, os mesmos não seriam julgados por tal. Isso ocorre porque Deus, justo como é, julgará os homens “segundo a luz que tiveram, não segundo a luz que não tiveram” (BRUCE, 1979, p. 74). Entretanto, é importante notar que *todos pecaram*, ou seja, *todos fracassaram em fazer a vontade de Deus* (Rm 3.23). Assim, uma vez que *todos* pecaram, esse *todos* engloba os gentios também. Logo, quando o apóstolo

[...] argumenta que, diante de Deus, os judeus e os gentios estão na mesma situação quanto a seu fracasso em fazer a Sua vontade, ele demonstra que, embora os judeus tenham tido em sua lei uma revelação especial da vontade de Deus, os gentios não foram totalmente privados do conhecimento da vontade divina (BRUCE, 1979, p. 48).

O objetivo de Paulo quando escreve o verso 12 é demonstrar que, por mais que não possuam a lei dos judeus, *os gentios também receberam uma revelação da vontade de Deus.*

*Porque os que ouvem a lei não são justos diante de Deus, mas os que praticam a lei hão de ser justificados.* Apesar de não ser tão relevante nessa pesquisa, ainda sim é válido um breve comentário sobre o verso 13. Uma vez que os judeus se gloriavam de ter recebido – ouvido – a lei de



Deus, mas não cumpriam com tal lei (Rm 2.27-24), Paulo confronta seu orgulho, demonstrando que não serve de nada apenas ouvir a lei sem a praticar, pois a mesma não lhes confere *status* algum de justiça caso não seja plenamente cumprida (CRANFIELD, 2005).

*Porque, quando os gentios, que não têm lei, fazem naturalmente as coisas que são da lei, não tendo eles lei, para si mesmos são lei.* Nesse verso Paulo contrasta a situação dos judeus com a dos gentios: enquanto os judeus possuíam a lei, mas não a praticavam, como é dito no verso 13; os gentios não haviam recebido a lei de Moisés, entretanto, *cumpriam-na naturalmente*. Como é possível essa afirmação? Qual o sentido do pensamento de Paulo?

João Calvino (2014, p. 102) comenta, sobre esse verso, que

Não existe nação tão oposta a tudo quanto é humano que não se mantenha dentro dos limites de algumas leis [...]. Eles, portanto, possuem uma lei, sem a *Lei*; porque, embora não possuam a lei escrita por Moisés, não são completamente destituídos de conhecimento da retidão e da justiça (grifo do autor).

Em outras palavras, apesar dos gentios não terem recebido a revelação da vontade de Deus contida na lei, ainda possuíam, internamente, o conhecimento dessa vontade, baseada na justiça, misericórdia e amor. Mas por que eles possuíam tal conhecimento? “Porque Deus, ao criá-los, os fez pessoas morais e auto-conscientes” (STOTT, 2007, p. 96). Ou seja, *Deus implantou Sua lei moral no coração dos gentios*.<sup>6</sup>

A expressão *ser lei para si mesmo*, utilizada por Paulo para se referir aos gentios que cumprem naturalmente a lei, era, também, empregada pelos escritores gregos para se referirem “ao homem de virtude superior, considerado como não precisando de guia ou sanção da lei externa” (CRANFIELD, 2005, p. 63). O apóstolo usa essa expressão para afirmar que os gentios *não precisam da lei de Moisés para conhecer a vontade de Deus, pois conhecem-na internamente*. Logo, pode-se

<sup>6</sup> Cranfield, entretanto, demonstra a hipótese de que quando Paulo fala dos *gentios*, nesses versos, ele está se referindo aos *gentios-cristãos*, ou seja, aos gentios convertidos ao cristianismo. Diante dessa hipótese, o sentido de *não tendo eles lei é não tendo a lei por natureza*, em virtude de sua nascerem gentílica (2005, p. 62). Entretanto, nessa pesquisa será levada em conta a primeira interpretação, de que Paulo fala de todos os gentios que, apesar de não terem recebido a lei de Deus, cumpriam-na naturalmente.





afirmar que o verso 14 é uma “declaração do conhecimento e do respeito que esses gentios individuais têm por aquela lei moral inata nos seus corações” (p.63), lei essa que foi implantada por Deus no coração dos homens.<sup>7</sup>

*Os quais mostram a obra da lei escritas em seu coração, testificando juntamente a sua consciência, e os seus pensamentos, quer acusando-os, quer defendendo-os.* Juntamente com o anterior, o verso 15 é um dos mais importantes para nós, uma vez que Paulo diz, no verso 14, que os gentios *cumprem a lei naturalmente, sem tê-la recebido por escrito*, e no verso 15 o apóstolo afirma que isso demonstra que eles possuem *uma lei escrita em seus corações*.

Calvino (2014, p. 103) comenta que, quando os gentios agem de acordo com a lei de Moisés, mesmo sem tê-la em suas mãos, “eles provam que há impressa nos seus corações certa discriminação e juízo, por meio dos quais podem distinguir entre justiça e injustiça honestidade e desonestidade”. Os gentios não haviam recebido a *torah*, mas possuíam em si a noção de certo e errado, a consciência da essência da lei de Deus (BRUCE, 1979).<sup>8</sup>

O ponto chave que precisa ser entendido para a compreensão dessa passagem é que, “embora não possuam a lei em suas mãos, eles [os gentios] têm as exigências da lei em seus corações, pois Deus as colocou ali” (STOTT, 2007, p. 96). Adolf Pohl (1999, p. 56), de maneira muito assertiva, explica o conceito da lei moral de Deus dizendo que é como se os gentios - e todos os demais humanos - carregassem “dentro de si, por assim dizer, um pequeno Moisés”.

*No dia em que Deus há de julgar os segredos dos homens, por Jesus Cristo, segundo o meu evangelho.* Por fim, no verso 16 Paulo retoma o assunto do verso 12: *o julgamento de Deus*. O apóstolo dá, dessa maneira, uma conclusão para as ideias apresentadas no trecho analisado.

---

<sup>7</sup> Caso leve-se em conta a hipótese de que os gentios nessa passagem são os gentios-cristãos, a interpretação dessas palavras de Paulo será que “ainda que não tenham sido educados [na lei de Deus], em virtude do seu nascimento, na posse da lei [...], eles a conhecem e têm realmente nos seus corações o mais ardente desejo de obedecer a ela” (CRANFIELD, 2005, p. 63).

<sup>8</sup> Isso também pode ser visto quando Paulo usa a palavra *suneidesis*, traduzida como consciência. *Suneidesis*, no original, significa “consciência de agir certo ou errado”, mas Paulo a usa no sentido de “testemunha interior independente, que examina e julga a conduta do homem” (BRUCE, 1979, p. 75). Ou seja, o que o apóstolo está dizendo é que essa capacidade que o homem possui de examinar e julgar a própria conduta é uma evidência de que a lei foi gravada por Deus em seus corações.



Dessa perícopé analisada pode-se concluir, então, que Deus não é injusto ao julgar tanto judeus como gentios sem dois pesos ou duas medidas, uma vez que, por mais que não lhes tenha dado a lei escrita, Deus revelou Sua vontade e justiça quando *colocou a lei no coração dos gentios e de todos os homens*.

Conclui-se, também, que a lei que Deus implantou no coração do homem, para que lhe mostrasse Sua vontade, é a chamada *lei moral*. Assim, percebe-se que o texto de Rm 2.12-16 serve como embasamento bíblico para o *argumento moral*.

### 3. O ATEÍSMO E A PROBLEMÁTICA DA MORAL

Como visto nas seções anteriores, *o homem possui a lei moral transcendente em seu coração, pois Deus a colocou ali*. Assim, obviamente, deve-se admitir que, para Deus ter realizado tal ato, o mesmo precisa existir. Entretanto, como proceder diante dos pensamentos ateístas de que Deus não existe?

Mas se Deus não existe, não poderia haver uma moralidade transcendente que todos devessem obedecer. O bem e o mal seriam simplesmente ilusões criadas arbitrariamente pelo homem. Certamente, sem um Deus transcendente ou uma fonte de autoridade moral, tudo se resume a quais são as opiniões da maioria. Então, de onde vem este senso universal de certo ou errado? (BROOCKS, 2014, p. 58).

Ao rejeitar a existência de Deus, conseqüentemente, rejeita-se, também, que Ele colocou a lei moral transcendente no coração do homem. Entretanto, a grande questão é: se Deus não existe e tendo em vista o que foi apresentado nesse artigo, *de onde provém a moral?* Qual é a base moral do homem? Diante do genocídio racial, qual a base e o direito que temos para dizer que aquilo é errado? Diante das lutas pelos direitos humanos, quem somos nós para dizer que é correto? Se Deus não existe, quais são as bases morais para definirmos o que é bom ou mau, certo ou errado?

Quando negam a existência de Deus, “os ateus simplesmente afirmam que são morais e têm uma base para a moralidade sem Deus. O problema é que eles nunca identificam qual seria essa base”



(BROOCKS, 2014, p. 66). Sem Deus, a moral humana se resume numa frase de pálio de escolinha: “quem é que disse?” (p. 66). Ao descartar que Deus pôs a moral no coração do homem, e que tal moral parte do próprio Deus, caímos numa falácia sobre o porquê de cremos numa base moral específica. Afinal de contas, por que obedecer determinados padrões morais se tais padrões não possuem uma base sólida estabelecida, sendo assim, apenas opinião da maioria?

Keller (2015, p. 188) comenta que, quando se examina a Bíblia, é muito mais fácil compreender de onde provêm as bases morais do homem: “se o mundo foi criado por um Deus de paz, justiça e amor, é por isso, então, que sabemos que violência, opressão e ódio são errados”. O argumento moral é válido para provar a existência de Deus quando se percebe que, no momento em que entendemos a realidade da lei moral, “entramos em contato com algo, ou alguém, acima do universo material” (LEWIS, 2009, p. 38).

Diante da problemática ateísta para, quando se descarta a existência de Deus, reconhecer quais as bases para a moral humana, Keller (2015, p. 188), usando o exemplo dos direitos humanos, afirma que

Se você crê que os direitos humanos são uma realidade, faz muito mais sentido admitir a existência de Deus do que sua inexistência. Se você insiste em uma cosmovisão secularizada, mas, ainda sim continua a classificar algumas coisas como certas e outras como erradas, espero que seja capaz de entender a profunda desarmonia entre o mundo do seu intelecto e o mundo real (e de Deus) que seu coração sabe que existe.

Assim, é possível perceber que a única resposta plausível para a base moral que os homens possuem é *a lei moral em seu coração, que foi colocada e provém de Deus, demonstrando Sua existência.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rice Broocks (2014, p. 64), de maneira até mesmo cômica, afirma que “se a vida surgiu espontaneamente a partir de processos químicos aleatórios, não teríamos mais obrigação moral do que uma tigela de sopa”. Através dessa declaração, o autor deseja expor que (1) *nós somos*



*seres morais, logo (2) nós possuímos uma lei moral universal que (3) não foi aprendida ou herdada por nós, mas (4) foi implantada em nós por Deus, demonstrando, dessa maneira, (5) que Deus existe.*

A lei moral não é algo que surgiu pelo acaso. Não é apenas uma construção social. Não é somente um instinto de sobrevivência social. A lei moral é *superior a tudo isso*: é aquilo que *rege todos os nossos atos e pensamentos*, classificando-os como *bons e maus*, que *existe a parte dos nossos valores* e que estamos *submetidos a tal*.

Tal argumento, conhecido como *argumento moral*, encontra base bíblica no texto compreendido entre os versos 12 e 16 do capítulo 2 da epístola de Paulo aos Romanos, onde o apóstolo fala da *lei no coração do homem*, que possibilita ao gentio, mesmo sem lei, *cumprir naturalmente a vontade de Deus*.

Com base no que foi apresentado nessa pesquisa, conclui-se que *o texto de Rm 2:12-16 pode ser tido como o fundamento bíblico para o argumento moral, defendendo que existe um Deus e que o mesmo criou o homem como um ser moral, colocando em seu coração a lei moral e, assim, possibilitando-o a observar a Sua vontade.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BÍBLIA**, ARC. São Paulo: King's Cross Publicações, 2010.

BROOCKS, Rice. **Deus não está morto**: provas da existência e da ação de Deus em um mundo de descrentes. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2014.

\_\_\_\_\_. **Deus não está morto 2**: argumentos e respostas para as principais questões sobre o Filho de Deus. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2016.

BRUCE, F. F. **Romanos**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1979.

CALVINO, João. **Romanos**. São José dos Campos, SP: Fiel, 2014

CRANFIELD, C. E. B. **Comentário de Romanos Versículo por Versículo**. São Paulo: Vida Nova, 2005.

CULVER, Robert D. **Teologia Sistemática**: bíblica e histórica. São Paulo: Shedd Publicações, 2012.

GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999.



KELLER, Timothy. **A fé na era do ceticismo**: como a razão explica Deus. São Paulo: Vida Nova, 2015.

LEWIS, C. S. **Cristianismo puro e simples**. - 3ª. ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

POHL, Adolf. **Carta aos Romanos**. Curitiba: Ed. Evang. Esperança, 1999.

STOTT, John R. W. **A mensagem de Romanos**. São Paulo: ABU, 2007.

